

ANEXO 1 – TEXTO PARA REFLEXÃO

(Fonte: [SABERES E PRÁTICAS DA INCLUSÃO](#))

REFLETINDO SOBRE A DIVERSIDADE QUE CONSTITUI NOSSO ALUNADO

Quando assumimos uma classe, aparentemente ela se constitui de um grupo de alunos que, embora apresente diferenças na aparência e no comportamento, mesclam-se em um grande grupo, ao qual nos referimos como “meus alunos”.

Sem que o percebamos, o grande grupo vai gradativamente constituindo, em nosso pensar, uma unidade. Cabe-nos fazer com que este grupo aprenda um conjunto de informações constantes de nosso programa de ensino.

Há que se atentar, entretanto, para o fato de embora a eles nos referirmos como uma unidade (‘minha classe’, ‘minha turma’), na realidade esse grupo não é uma unidade, já que existe um sem número de variáveis ali presentes, que faz de cada aluno uma pessoa singular. Cada um tem, certamente, uma história de vida peculiar, com características culturais diferenciadas, com realidades de vida familiar, social, econômica bastante diferenciadas, com características funcionais de aprendizagem também diversificada, além de diferirem em um sem número de variáveis (qualidade de vida, etnia, religião, saúde, repertório de convivência grupal, habilidade de gerenciamento de relações interpessoais, instrumentalização para a convivência com pares e autoridades, etc.) que faz de cada aluno um sujeito de aprendizagem único, que necessita ser profundamente conhecido e reconhecido, se quisermos ser bem sucedidos em nosso processo de ensino.

Há também que se lembrar que, geralmente, o programa de ensino com o qual iniciamos nosso ano de trabalho é elaborado antes sequer de termos sido apresentados a esses alunos, o que desvela a pressuposição de que é possível ensinar a todos, como se todos fossem um só.

Ignorar a individualidade e argumentar que o grande número de alunos em cada sala de aula não permite a atenção individualizada a cada aluno, tem sido uma das principais causas do fracasso escolar, quando olhado do lado da ação do professor.

Nossa experiência docente nos tem mostrado que se encontram na mesma sala de aula alunos que vivem na miséria, alunos que enfrentam violência familiar, alunos que cheiram cola, alunos que cresceram brincando com computador, alunos de classe média, alunos de classe alta, alunos de populações distantes ou nômades, alunos que trabalham para sustentar família, alunos que são moradores de rua, alunos que pertencem a minorias linguísticas, Étnicas ou culturais, enfim, individualidades totalmente diferenciadas umas das outras, que constituem uma ampla dimensão de características.

Cada uma dessas individualidades, por sua vez, tem uma história e um padrão diferenciado de relação com a realidade e com o processo de aprendizagem. Todos têm um conhecimento da realidade, que foi construído em sua história de vida e que não pode ser ignorado no processo do ensinar.

Há os que aprendem melhor através da experiência concreta. Há os que aprendem melhor através da via auditiva. Há os que aprendem melhor, se utilizarmos a via escrita. Há os que aprendem melhor, se puderem escrever sobre o assunto que está sendo abordado.

Cada um tem necessidades educacionais específicas, às quais o professor tem que responder pedagogicamente, caso queira cumprir com seu papel primordial de garantir o acesso, a todos, ao conhecimento historicamente produzido pela humanidade, e ao seu uso na relação com a realidade social na qual nos encontramos inseridos, e que nos cabe transformar.

Considerando essa diversidade toda, não podemos ainda nos esquecer dos alunos que apresentam uma deficiência física, mental, visual, auditiva, múltipla, comportamentos típicos e mesmo aos que apresentam altas habilidades.

Entretanto, todo e qualquer aluno pode apresentar necessidades educacionais especiais, ocasional ou permanentemente. Ao se falar em necessidades educacionais especiais, tratamos das dificuldades específicas dos alunos, no sentido de focalizar primordialmente não o aluno em si, mas que respostas a escola pode oferecer a cada um, para promover a aprendizagem pretendida.

Tradicionalmente, e ainda em nossos dias, há uma tendência de se atribuir o fracasso escolar do aluno, exclusivamente a ele. Desse modo, a escola fica isenta da responsabilidade pela sua aprendizagem ou não aprendizagem, cabendo a profissionais diversos, a identificação de problemas a serem encaminhados e solucionados fora da escola. O fracasso da criança passa a ser explicado por diversas denominações e causas, como distúrbios, disfunções, problemas, dificuldades, carência, desnutrição, família desestruturada, dentre outras, situadas mais próximas das patologias e de causalidade social do que de situações escolares contextuais.

Não se pode negar os condicionantes orgânicos, socioculturais e psíquicos, que estão associados a vários tipos de deficiências ou a influência que esses fatores podem exercer no sucesso ou insucesso escolar do educando, mas não se pode advogar sua hegemonia como determinantes na causalidade do fracasso escolar, ou como modo de justificar uma ação escolar pouco eficaz.

Neste quadro, é necessário um novo olhar sobre a identificação de alunos com necessidades especiais, bem como sobre as necessidades especiais que alguns alunos possam apresentar. Igualmente, um novo olhar em considerar o papel da escola na produção do fracasso escolar, e no encaminhamento de alunos para atendimentos especializados, dentre outras medidas comumente adotadas na prática pedagógica. Um exemplo preocupante do desvio dessas práticas é o encaminhamento indevido e a permanência de alunos em classes especiais, como resultado da ineficiência escolar.

Outro aspecto a ser considerado é o papel desempenhado pelo professor na sala de aula. Não se pode substituir a sua competência pela ação de apoio exercida pelo professor especializado, ou pelo trabalho de equipes interdisciplinares, quando se trata da educação dos alunos. Reconhecer a possibilidade de recorrer, eventualmente, e quando necessário, ao apoio de professores especializados e de outros profissionais (psicólogo, fonoaudiólogo, fisioterapeuta, etc.) não significa abdicar e transferir para eles a responsabilidade do professor regente, de buscar ações educativas alternativas, calcadas em um processo de avaliação ampla e compreensiva, como condutor da ação docente. (Brasil, 1999, excertos das pp. 23-29)⁷.

⁷ BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Adaptações curriculares – estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

